



UM IDEAL, DEZ ANOS, MIL SONHOS: A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CULTURA DE PARNAÍBA/PI COMO UM PROCESSO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Helder José Souza do Nascimento¹

INTRODUÇÃO

O quadriênio 2013-2016 foi um período relevante para criação de marcos legais e articulação de políticas públicas de cultura na cidade de Parnaíba, estado do Piauí, região Meio Norte do Brasil. Nesse recorte temporal realizamos uma cruzada corajosa ao debater o papel da cultura na legislação municipal, promovendo uma autorreflexão institucional do órgão – Superintendência Municipal de Cultura –; daí tivemos a possibilidade de construir canais de participação, tais como o Sistema Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Cultura, Conferências, Fóruns, Fundos Públicos e o Plano Decenal de Cultura, instituído pela Lei municipal nº 3.011, de 17 de agosto de 2015, fruto do processo sobre o qual nos debruçaremos a narrar o percurso, trilhado com o anseio de cocriar um novo ambiente para a gestão da cultura municipal.

IDEALIZANDO O PLANO DE CULTURA EM CONTEXTO PARNAIBANO

O processo de elaboração do Plano Decenal de Cultura de Parnaíba inicia-se pela tentativa de responder, da melhor maneira possível, o desafio de gerir um órgão gestor de cultura de uma cidade detentora de um patrimônio rico, porém complexo. Na gênese das motivações conceituais destacamos o pronunciamento de posse do advogado e professor universitário Florentino Alves Vêras Neto como prefeito de Parnaíba, pontuado por uma inflexão e atenção, que pra mim fora fundamental na

¹ Advogado e comunicador. Mestre em Artes, Patrimônio e Museologia pela UFPI (2019). Graduado em Direito pela Faculdade Piauiense – FAP (2010). Superintendente de Cultura de Parnaíba-PI (2013/2016). Diretor Executivo na Fundação 14 de Agosto – TV Costa Norte, Parnaíba-PI.
E-mail: phbhelder@hotmail.com.

condução do meu papel enquanto gestor: a necessidade de diálogo efetivo com a comunidade através da criação de canais de participação social, para se promover intervenções de forma concreta e legítima. Destaco essa passagem como ponto de partida dessa caminhada, pois o ensinamento nos levou de forma objetiva a buscar, em mais diversas fontes, informações sobre quais ferramentas poderiam nos auxiliar na condução da construção de políticas de cultura que nos conduzissem ao aprimoramento do cenário local. Por falar em cenário, para uma melhor compreensão deste ao qual nos referimos, abrimos um leque para explicarmos o contexto desta paisagem cultural, nosso lugar de fala.

Sob a luz do sol do equador e banhada pelo Oceano Atlântico, a cidade de Parnaíba, com população estimada em 178.483 habitantes (IBGE, 2017), está localizada na região norte do estado do Piauí, a 336 km da capital, Teresina. Conhecida como porta de entrada do Delta do Parnaíba, título popularmente atribuído por deter parte da Área de Proteção Ambiental (APA) – criada pelo decreto presidencial em 28 de agosto de 1996, com uma área de cobertura de 2.750km² –, e possuir a melhor infraestrutura dentre os municípios que integram essa área, onde está inserido o Delta do Parnaíba, formação geográfica de encontro do rio com o mar, única nas Américas, unidade biodiversa composta por manguezais, praias, restingas, dunas fixas e móveis, planícies flúvio-marinhas e lacustres, caatinga e áreas de carnaubal.

Para se ter noção da importância dessa área no contexto global, conceitue-se APA como uma unidade de conservação definida pela Lei federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981, instrumento pelo qual o poder executivo estabeleceu que quando houver relevante interesse público poderá declarar área do território nacional como de interesse para a proteção ambiental a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Entre os pontos que compartilham em comum os municípios do Delta, está a vocação comercial das Zonas Litorâneas, como porta de entrada e saída para *hinterland* pré-amazônico como para o *hinterland* sertanejo. Outro ponto comum é a tradição da pesca artesanal, resultante de condições favorecidas pelo ecossistema. E, finalmente, a vocação turística e ecológica determinada pelo rico potencial de toda a faixa litorânea que compõe o Delta do Parnaíba (BRASIL, 2012, p. 42).

Em função da paisagem, a produção e geração de renda do lugar em muito se vinculam às características do meio, ao extrativismo e exploração turística. Parnaíba destaca-se nesse contexto por possuir população quase que eminentemente urbana,

que contribui para a atividade comercial, a exportação de recursos vegetais, em especial a cera de carnaúba, óleo de babaçu, gordura de coco, folha de jaborandi, castanha de caju, acerola, algodão e couro. A cidade constitui-se também na atualidade como um pólo educacional estratégico da educação básica, ensino superior e pós-graduação *lato e stricto sensu*. É a segunda maior e mais rica do estado do Piauí, com PIB ficando apenas atrás da capital, Teresina (IBGE, 2017).

A denominação do município “Parnaíba” ocorreu em virtude da nomenclatura do rio, – nascido na Chapada das Mangabeiras, extremo sul do Maranhão –, que por sua importância é o denominador de todo o Delta. Testemunha do processo de colonização do Brasil, serpenteada pelo Rio Igarçu e ancorada num dos seus principais cartões postais, o Porto das Barcas, Parnaíba ergue-se desde meados da segunda metade do século XVIII dentro de uma pluralidade arquitetônica com influências portuguesas e inglesas até o *art déco* dos conceitos emblemáticos de seu casario. Em seu traçado urbano guarda memórias de três séculos, conservando ainda grande parte de seu patrimônio material. Elevada à categoria de cidade em 1844, teve importantes ciclos econômicos com o charque, o couro e a carnaúba. É diante da relevância facilmente perceptível na leitura desse contexto que, em 2008, Parnaíba torna-se legalmente protegida pelo Tombamento Federal de seu sítio histórico e paisagístico, proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, passando ao título de Patrimônio Nacional Brasileiro.

Marcam esse contexto manifestações culturais singulares do patrimônio imaterial, refletido na música, literatura e na tradição popular, em festas religiosas, grandiosas procissões; e de forma indissociada, o espetáculo dos grupos de bumba-meu-boi e das quadrilhas juninas de São João, e tantas outras experiências culturais já sacrificadas na “fogueira da história”, como a marujada e outros diversos saberes e ensinamentos esquecidos pela aceleração do tempo.

Pensar a elaboração de um Plano de Cultura, diante desse cenário, naquele momento, foi também assumir um discurso de resistência e luta, necessário ao desenvolvimento de um processo educativo cultural que foi capaz de mapear e diagnosticar as manifestações culturais, garantindo o registro e o dinamismo, essenciais à produção cultural. Nesse processo, tão importante quanto o resultado, foi o percurso.

A INTERVENÇÃO SOCIAL NA PROJEÇÃO DE UM SONHO: PASSOS DADOS

Dentro de uma visão sistêmica, o ano de 2013 foi um ano muito especial para a articulação de políticas públicas de cultura na cidade de Parnaíba. Iniciávamos o ano e o quadriênio de gestão, ainda no mês de janeiro, com a participação em reunião junto aos municípios da Planície Litorânea do Piauí realizada na vizinha cidade de Luís Correia, a convite do Ministério da Cultura, que auxiliado por consultoria da UNESCO, orientou aos gestores presentes quanto à adesão ao Sistema Nacional de Cultura – SNC. Na ocasião, discutiram-se as perspectivas de benefícios aos municípios que aderissem ao acordo de cooperação, para a implantação e o desenvolvimento de um sistema de cultura em esfera municipal, com Conselho, Plano e Fundo de Cultura. Ali nos fora apresentada a visão de um sistema realmente adotado como uma ferramenta de desenvolvimento de metas e prioridades de uma política de cultura pactuada com atores sociais chaves, planejado de forma participativa, num processo em que a participação desses atores fosse assegurada em todas as fases, garantindo a representatividade social e respeitando a diversidade de manifestações presentes no território.

Com essa proposta, estávamos convictos de que esse seria o melhor modelo de gestão a ser seguido, até porque, além do alinhamento às políticas nacionais, o órgão gestor de cultura não tinha até aquele momento modelo de gestão algum que tivesse sido implementado por marcos legais norteadores como metodologia de atuação de governança, como um Conselho de Políticas Culturais reconhecido legitimamente. Mais do que gerir, naquele momento nos deparávamos com a responsabilidade da construção de um ambiente político.

A decisão por adotar um modelo de gestão como o apresentado pelo Ministério da Cultura demandou além de articulação, capacidade técnica e operacional, pois, com a assinatura do termo de adesão ao SNC pelo município, tivemos apenas dois anos para cumprirmos o plano de trabalho. O que foi, sem dúvida, um grande desafio. Por outro lado, o desenvolvimento do plano mostrou-nos de forma concreta como processos como esse podem funcionar de forma positiva no envolvimento da coletividade para a tomada de decisões e escolha de rumos, como uma verdadeira intervenção social.

Um ponto relevante a se ressaltar ainda no início da jornada foi a expectativa causada com a divulgação sobre a adesão do município ao SNC, grande aliada na etapa

inicial de sensibilização de formação de públicos interessados em participar do processo de criação das instâncias de governança. O anúncio dessa perspectiva nos veículos de comunicação promoveu a aproximação de alguns setores organizados da cultura – como o de teatro, literatura, música –, que achegaram-se ao órgão gestor para entender como se daria a iniciativa e a participação da sociedade civil.

Essa aproximação espontânea de fazedores e produtores nos estimulou a realização de fóruns setoriais com a participação de representantes dos mais diversos segmentos culturais. A partir daí começamos a entender que precisávamos elevar a participação da sociedade na gestão cultural, adotando a criação de um conselho de forma urgente, que nos possibilitasse uma atuação colaborativa, aberta, transparente e que fortalecesse os ideais de consolidação do nosso sistema municipal de cultura. Com a visão de que com um órgão político instituído teríamos mais força para encarar os demais trâmites administrativos e mobilizar a sociedade para participação no processo de criação do sistema é que o coletivo, que se formava a cada realização dos fóruns, com a articulação da Superintendência de Cultura, resolveu antes mesmo do desenho do sistema que precisávamos envidar esforços para a votação da Lei Complementar de criação do Conselho Municipal de Cultura de Parnaíba, que veio a receber o número de 27, datada de 4 de julho de 2013.

O percurso para a normatização dessa primeira política, por assim dizer, durou cinco meses, entre redação da minuta e sanção legal, e revelou-nos que a participação social é realmente um pressuposto para a institucionalização de uma política de cultura. É patente a ideia de que a administração pública brasileira sempre tratou a cultura ao sabor do humor dos governos e que a visão de se implantar uma política pública para o setor não recebe a compreensão de esferas do poder executivo e legislativo de forma homogênea quando não há o apelo popular.

Por isso, não por defesa política de governo, a institucionalização do Sistema Municipal de Cultura de Parnaíba se deu, em muito, pela concepção de cultura dada ao setor naquele momento e pela intervenção social.

O apoio e participação do conselho se traduziram em ampliação das possibilidades de acesso dos setores culturais aos atos de gestão e passaram a ser condição irrevogável para a formulação de estratégias eficientes. Com o canal de diálogo social regulamentado, adotamos agenda de encontros periódicos com vistas à realização de estudos e debates que nos possibilitasse uma melhor compreensão sobre que

modelos deveríamos seguir para adoção da forma ideal do Plano Decenal que precisávamos elaborar.

Para avançarmos nessa relação entre o órgão gestor e sociedade, passávamos então ao desafio de encontrar metodologia para a elaboração do plano, tendo em vista que nem mesmo o órgão gestor de cultura, na esfera estadual, havia ainda realizado adesão ao SNC, tampouco iniciado discussões para a implementação dessa ferramenta de planejamento. Nesse momento, tive receio de que aquela fase de planejamento das “regras do jogo” pudesse mais afastar do que aproximar, caso não adotássemos o caminho mais adequado.

Diante disso, dentre as primeiras iniciativas para assessoramento técnico, buscamos auxílio junto a Universidade Federal do Piauí (UFPI), instituição que nos deu suporte para a condução do processo de diagnóstico e da escolha das prioridades que deveriam ser traduzidas para o plano, de forma estruturada, sem improviso, com a possibilidade de execução real para os problemas reais que deveríamos superar, com diretrizes e metas claras. Afinal de contas, o sentimento diante da elaboração do Plano de Cultura não era de um dever que nos estava sendo imposto, mas um sentimento altruísta de melhores perspectivas para o setor. Nesse âmbito instituímos uma portaria, nomeando uma Comissão Técnica para elaboração do Plano Decenal, da qual fez parte o professor Francisco Nascimento, coordenador da relatoria do plano, responsabilidade compartilhada junto a mim e aos servidores da Superintendência de Cultura, Cristiano Vieira Cordeiro e Roberta Ingrid de Carvalho Silva; além dos professores Frederico Osanan e Heide Kanitz, peças fundamentais nas pesquisas e disseminação de conhecimento para a produção do Plano Decenal de Cultura.

Nesse ínterim, com os ventos conspirando a favor, mas também por estarmos em constantes diálogos com o MinC, solicitando acompanhamento do processo de institucionalização do modelo ofertado pelo SNC, passamos a receber auxílio também da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), através de uma plataforma virtual de aprendizagem a distância, junto a vários municípios do Brasil que encontravam-se diante da mesma tarefa.

A assessoria da UFBA foi também importante no sentido de validarmos a metodologia que estávamos adaptando em âmbito local. Contudo, a desvantagem dessa assessoria diz respeito ao limitado tempo de execução das etapas estabelecidas,

uma vez que o período do curso ofertado aos municípios não condizia com o tempo estrutural que precisávamos para a realização da agenda.

O acesso à metodologia e as discussões para elaboração do plano foram ainda fortalecidos com a II Conferência Municipal de Cultura, realizada em 13 de agosto de 2013, etapa preparatória para a conferência nacional que orientou o tema Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Municipal de Cultura. Pelo fato do tema ter sido aquiescido junto à sociedade desde o início daquele ano, a proposta mais votada da conferência como prioridade, com base nos eixos estruturantes, foi a Instituição do Plano Decenal de Cultura de Parnaíba, o que reforçava o sentido de que planejar era um desejo da sociedade, representada por inúmeros artistas, produtores e fazedores de cultura ali presentes, e não uma obrigação.

Durante o ano de 2014, o ideal seguiu a nos alimentar na caminhada; foi o momento em que, afetados por novos conceitos e parâmetros para a gestão da cultura, nos sentimos mais preparados para desenharmos a estrutura do Sistema Municipal, aproveitando o acúmulo de informações e experiências. Dentre reuniões ordinárias e extraordinárias convocadas pelo Conselho Municipal de Cultura, com agenda publicada em veículo oficial do município e redes sociais, para possibilitar a participação e o recebimento de demandas ativas da comunidade, definimos a estrutura do Sistema Municipal, fundamental para o desenvolvimento das políticas culturais em Parnaíba, sancionado em 21 de novembro de 2014, sob a Lei complementar nº 61. Dentre as partes integrantes, além do Órgão Gestor, do Conselho, do Plano, do Fundo e da Conferência, entendemos por fundamental incluímos, para reforçar e qualificar os instrumentos de gestão, o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais e o Programa Municipal de Formação Artística e Cultural. Cientes que dentre as principais debilidades da gestão cultural encontra-se a qualificação dos agentes, necessária sobremaneira para o entendimento da dicotômica relação Administração Pública x Cultura.

Quanto ao Sistema de Informações, se faziam prementes naquele momento de constituição do Plano Decenal de Cultura, dados que nos permitissem uma melhor apropriação de números, produções, históricos, memórias, projetos e do perfil de atuação de equipamentos e pessoas fomentadores da cultura local, para o diagnóstico do que somos e onde queremos chegar. Porém, essa era outra debilidade que tínhamos que superar.

Com o alinhamento encaminhado, no primeiro semestre de 2015, aconteceram reuniões setoriais por área cultural para discutir a conjuntura, avaliar atividades e apresentar sugestões necessárias para continuidade da implementação do Sistema Municipal de Cultura. As assembleias ocorreram no Casarão Simplício Dias, sede da Superintendência de Cultura, reunindo uma grande quantidade de artistas e produtores culturais. Para assegurar a efetivação do processo, por decisão da maioria dos conselheiros, foi constituído o Fórum para Elaboração do Plano Decenal, criado legalmente; dele se ramificaram os fóruns setoriais, tendo na abertura dos trabalhos a presença valorosa do chefe do escritório regional do Ministério da Cultura, Regional Nordeste, Gilson Barros.

Figura 1: Fórum Municipal para Elaboração do Plano Decenal de Cultura de Parnaíba. Auditório do Porto das Barcas.



Fonte: Wanderley Portela, 2015.

Para superar os desafios que a mobilização nos impunha, investimos num forte apelo de comunicação, criando para o fórum de elaboração do plano a plataforma virtual culturadigital.gov/parnaiba, que nos foi oportunizada pelo próprio Ministério da Cultura, possibilitando, aos que se ressentissem em não poder participar de forma presencial aos fóruns, colaborar com a consulta através da internet. A ideia de legitimidade através de vários canais de interação foi uma tônica de todo o processo, ao qual se achegaram todos os interessados. Porém, a nossa vontade era a de que a participação fosse sempre mais alargada, mas estávamos conscientes da caminhada junto aos que responderam ao chamamento.

Nessa via, no ano de 2015, também houve a I Conferência Extraordinária de Cultura do Município de Parnaíba, convocada por meio do Decreto municipal nº 2.380/2015,

de 9 de abril de 2015, publicado no Diário Oficial do Município, tendo como local o Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí. Neles foram apresentadas, analisadas e votadas propostas, objetivos e metas para a área da cultura que haviam sido levantados, objetivando a elaboração do Plano Municipal de Cultura, que fora enviado à Câmara dos Vereadores para aprovação, transformando-se na Lei nº 3.011, de 17 de agosto de 2015, mesma data de criação do Fundo Municipal de Cultura, inscrito sob a Lei nº 3.010. Uma dupla conquista.

As conquistas alcançadas com a criação dos marcos legais nos deram naquele momento uma sensação de dignidade. A cada passo dado nos sentíamos mais próximos da gestão de qualidade apregoada pelo MinC. A realização desse processo de natureza participativa e colaborativa foi acima de tudo um processo de educação coletiva, de vivências, de ampliação do nosso repertório local no campo da cultura.

Figura 2: Ilustração feita para o Plano de Decenal de Cultura de Parnaíba.



Fonte: Danilo Ponte, 2015.

O Plano Decenal deixou de ser apenas desejo e sonho de alguns e passou a ser realidade para todos. Formulado em leis municipais e documentado, passava a um organismo vivo da cultura parnaibana. O abrigo legal, por óbvio, foi uma vitória de todos.

Essa vitória foi traduzida em via efetiva, pois no primeiro Processo Seletivo de Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura, Edital de Chamada Pública nº 01/2015, editado pelo MinC, por meio da Fundação Palmares, em que podiam participar municípios que tivessem implementado seus sistemas municipais, a cidade de Parnaíba obteve êxito, com a classificação em segundo lugar dentre municípios

de seu porte². O projeto aprovado havia sido elaborado dentro da visão sistêmica de parcerias, fruto dos diálogos, durante a elaboração do PMC, junto ao mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI, para a constituição de um Centro de Referência de Matrizes Afro, na cidade de Parnaíba, idealizado pela professora Áurea da Paz Pinheiro, coordenadora do referido programa de pós-graduação. Apesar de o processo seletivo ter sido posteriormente cancelado de forma nefasta, durante a deposição do governo da então presidente Dilma Rousseff, aquele resultado nos mostrava que tínhamos percorrido um caminho ideal frente aos princípios do SNC. Além disso, alimentou nos municípios a esperança de repasses fundo a fundo que pudessem somar ao precário orçamento municipal de uma pasta de cultura.

As relações estabelecidas com o Ministério durante esse processo nos impulsionavam cada vez mais a tentativas de aprimoramento da gestão municipal, gerando desdobramentos. Naquele momento, ávidos por entender como alimentar o sistema e colocar sua engrenagem para funcionar, realizamos pelas mãos da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic), do MinC, o VIII Fórum Nacional de Incentivo à Cultura – O Produtor Cultural e a Lei Nacional de Incentivo à Cultura – que contou também com a realização da 242ª Reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), momento em que, além de um polo de produção cultural reconhecido nos estados vizinhos, ganhávamos visibilidade nacional.

² Resultado final da Comissão de Avaliação e Seleção do Edital de Chamada Pública nº 1, de 2015 – SNC/Fundação Cultural Palmares: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1337554/RESULTADO+FINAL+EDITAL+SNC+01-2015+++SITE.pdf/b195eeb4-9b62-45ba-9d02-ed4af5bd4377>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

Figura 3: 242ª Reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC. Aprovação de 388 projetos para captação de recursos via renúncia fiscal. Auditório do Centro Cultural SESC União Caixeiral.



Fonte: Paula Berbet, 2015.

O planejamento e a participação social haviam entrado definitivamente na agenda da cultura parnaibana. O Plano Decenal de Cultura de Parnaíba (2015-2025) foi um esforço conjunto do poder público e da sociedade civil, reconhecendo a necessidade de acesso aos meios de criação, produção, circulação, fruição, formação, memória, pesquisa, informação e comunicação de bens e serviços culturais como um direito. Esse período foi denominado pelos agentes culturais que se engajaram na constituição do Plano Municipal como “a década da cultura”. Foram muitos ouvidos sensíveis às vozes reivindicatórias, muitas falas propagadoras de ensinamentos, muitas práticas que reverberaram em saberes e muitas mãos que prepararam o texto. Portanto, os esforços e suas conclusões foram coletivos, como considera Nascimento (2015), na apresentação do plano, que se transformou numa publicação editada pela Editora da Universidade Federal do Piauí (EDUFPI) e nos possibilitou cumprir o papel de dar a conhecer numa escala ampliada um texto que, para além de normativo, se faz histórico e, sobretudo, educativo.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

O que fiz aqui foi um relato de passos que considero relevantes narrar em meio a essa cruzada corajosa de debater o papel da cultura da cidade de Parnaíba diante de um sistema em construção permanente. Considero, sobretudo, que a importância da

atuação de um governo de esquerda naquele momento nas três esferas, municipal, estadual e federal, não está dissociada à construção do plano, apesar de entender que a cultura não deve seguir de braços dados a nenhuma ideologia política. No entanto, a combinação de formulações programáticas dos três entes associada à concepção de que as políticas culturais não deveriam ser discutidas apenas pelo viés das “belas artes” conduziu-nos à maturidade da elaboração do Plano de Cultura. Isso possibilitou que grupos minoritários, como os de matriz afro e comunidades LGBTQs, e grupos anteriormente vistos de forma preconceituosa como de cultura inferior, por exemplo, os de cultura popular e tradicional, expressões urbanas e a cultura digital, fossem apresentados pelos que se achegaram ao processo, acolhidos nesse “balaio cultural”. A discussão sobre o papel de cada um frente às ameaças e oportunidades levantadas foi o que se pôde chamar de verdadeiro exercício de cidadania cultural.

Para a implementação de um Plano de Cultura, enfatizamos que a importância das parcerias com os mais distintos sujeitos deve se dar numa escala elevada e fundamental, reconhecendo a fragilidade gerencial e financeira do órgão de cultura, cenário não diferente da condição da maioria dos municípios brasileiros. De forma especial, a parceria com Instituições de ensino superior se faz essencial, uma vez evidenciada a necessidade de fortalecer ações de capacitação de recursos humanos para o aperfeiçoamento da gestão de cultura e mesmo das expressões artísticas. Muitos foram os passos dados, mais muitos outros passos precisam ainda ser trilhados para enfrentar os desafios que se impõem, dentre os quais elegemos: a consciência da importância da aplicação do plano, estabelecimento de pactos de cooperação, e a plena efetivação da cidadania cultural que aponte para o desenvolvimento humano; pressupostos para uma prática transformadora da realidade.

Figura 4: Sanção da Lei nº 3.011, de 17 de agosto de 2015. Da esquerda para direita: Gilson Barros, Chefe do Escritório Regional Nordeste do MinC; Rosany Correa, Secretária Municipal de Educação; Fábio Novo, Secretário de Cultura do Piauí; Florentino Neto, Prefeito de Parnaíba; Helder Souza, Superintendente de Cultura de Parnaíba.



Fonte: Wanderley Portela, 2015.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente **Plano de gestão e diagnóstico geo-ambiental e sócio econômico da APA do Delta do Parnaíba**, 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_apa_delta_parnaiba.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. MUNIC – **Perfil dos Municípios Brasileiros**, 2017. [online] Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/pesquisa/1/21682>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

NASCIMENTO, Francisco de Assis Sousa *et al* (Orgs.). **Plano Municipal de Cultura de Parnaíba – 2015/2025**. Superintendência Municipal de Cultura. Secretaria de Gestão. Parnaíba: Editora da UFPI – EDUFPI, 2015.